



Valor Econômico – 13 Fev 2004

Infra-estrutura: Executivos das empresas receberam mal decisão do governo sobre emendas à MP do setor

Geradoras ameaçam desligar usinas

As geradoras de energia, tanto as privadas como as estatais, ficaram descontentes com a afirmação da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, de que não acataria nenhuma de suas emendas ao novo modelo do setor, que tramita no Senado. Os executivos das empresas reagiram à negativa do governo ao seu principal pedido, o que permite que as usinas já existentes participem dos leilões de energia "nova", e prometem desligar as suas usinas caso fiquem com a energia sem comprador nas mãos.

"Se ficar como está, esse modelo estimulará a desativação de usinas. Ninguém vai aguentar ficar com os custos de operação de um projeto sem contrato de venda", afirmou Marco Antônio Sureck, diretor de planejamento da geradora gaúcha Tractebel (ex-Gerasul).

A Tractebel se sente a principal prejudicada com a negativa do governo à emenda porque investiu US\$ 3 bilhões em novos projetos de geração desde 1998, ano em que comprou a Gerasul em leilão de privatização, até 2003. "Nós aumentamos em 66% nossa produção, subindo de 3.700 megawatts para 6.000 megawatts nossa capacidade instalada", afirmou Sureck.

O texto da medida provisória 144, com as regras do setor, aprovado na Câmara dos Deputados, prevê tratamento especial para os projetos que entraram em operação a partir de 1º de janeiro de 2003 ou que receberam a concessão até a publicação da lei. Esses projetos têm o direito de participar dos leilões de novos empreendimentos. Se encaixam nestas regras, segundo informação da ministra Dilma, 49 usinas hidrelétricas e 29 térmicas. Mas os investidores se queixam que a lista deixa de fora as usinas que entraram em operação antes disto. "Nós investimos, antecipamos obras e estamos sendo penalizados por isto", declarou o diretor da Tractebel.

O vice-presidente da Duke Energy (ex-Cesp Paranapanema), Paulo Born, afirma que, se forem obrigados a competir em pé de igualdade com as usinas completamente amortizadas, os produtores independentes serão alijados do mercado. "Nós temos usinas com apenas dois anos de construção, que são muito mais próximas economicamente de empreendimentos novos do que de usinas com 50 anos de operação, completamente amortizadas", disse Born.

Os cálculos feitos pelas associações representativas dos geradores apontam para 19 mil megawatts que poderão ficar sem comprador, volume correspondente a mais de 25% de toda a energia consumida no país. A Abrage (Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica), que representa as maiores empresas produtoras de energia do país, inclusive o sistema Eletrobrás e suas subsidiárias e estaduais como Cemig e Cesp, acredita que as atuais sobras, de 7 mil megawatts, poderão ficar nas mãos dos investidores com o atual modelo. Os outros 12 mil megawatts ficarão sem contratos nas mãos dos produtores independentes.

O presidente da Abrage, Flavio Neiva, disse que a atitude do governo de não aceitar as sugestões poderá trazer "graves conseqüências" para o setor. Ele também acredita que algumas empresas poderão desligar suas usinas, em último caso. "Não quero fazer ameaças de desligamento de usinas, mas sem dúvida acredito que isso levará a um desincentivo à manutenção do parque gerador. As empresas também poderão partir para ações na Justiça para tentar garantir a sua sobrevivência", afirmou Neiva.

Ele disse que a associação não exige a inclusão da energia velha em leilões de energia nova. Mas quer tratamento especial para as sobras elétricas. "Essa energia sem comprador traz prejuízo diário de R\$ 10 milhões por dia para as geradoras". A Abrage quer tratamento prioritário para a contratação destas sobras, antes mesmo da realização de um novo leilão de novas usinas. A expectativa da ministra é promover este primeiro leilão sob as novas regras em novembro.

A Apine (Associação dos Produtores Independentes de Energia), que representa os grandes geradores privados (entre eles Tractebel e Duke Energy), calcula que 12 mil megawatts de usinas construídas entre 1998 e 2003, fiquem sem comprador. Essas usinas não têm o direito de participar dos leilões de energia "nova", e os investidores acreditam que ela é cara demais para concorrer com a energia de usinas com mais de 30 anos de operação.



O presidente da Apine, Eric Westberg, critica ainda a negativa da ministra Dilma a outra emenda apresentada pela associação, que prevê a adoção, pelo Poder Executivo, de audiências públicas antes da publicação de qualquer decreto que regulamentará ou modificará o novo modelo. A ministra desconsiderou esta possibilidade.

O presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, também criticou a atitude da ministra. "Estamos alarmados com o governo. Nós sugerimos apenas ajustes que não comprometem as linhas gerais do modelo, mas garantem a sobrevivência do setor. E a intransigência do governo é preocupante", disse.